

>> FRANCISCA VAN DUNEN | *Ministra da Justiça*

**EVOCANDO JOSÉ MEDEIROS FERREIRA
NA CELEBRAÇÃO DOS 40 ANOS DA ADESÃO DE PORTUGAL
À CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS**

Conferência de encerramento da sessão de apresentação do Programa comemorativo do 70 aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do 40.º aniversário da adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos, pela Ministra da Justiça Francisca Van Dunen

Excerto da Conferência em que evoca o papel de José Medeiros Ferreira:

“E evocando a adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos não posso deixar de evocar a memória de uma figura incontornável do nosso Portugal democrático, o Dr. Medeiros Ferreira, que, na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros, assinou os instrumentos internacionais que possibilitam a adesão de Portugal no Conselho da Europa em 1976 e a assinatura da Convenção e que o cite quando, nesse ato, declarou ter dado, em nome de Portugal, «(...) o primeiro passo de um longo caminho que nos há de levar a fazer parte de uma comunidade de nações cada vez mais sólida, próspera, livre e forte.»

Segue o texto completo:

**Sessão de Apresentação do
Programa de Comemorações dos 70 anos da Declaração Universal
dos Direitos Humanos e dos 40 anos da Adesão de Portugal à
Convenção Europeia dos Direitos Humanos
7 de setembro, às 10h30
Ministério dos Negócios Estrangeiros**

Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça
Senhor Presidente do Supremo Tribunal Administrativo
Senhores Membros do Governo
Senhora Provedora de Justiça Adjunta
Senhor Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros,
Membros do Corpo Diplomático

Meritíssimos Juizes e Procuradores da República
Senhor Secretário-Geral do Ministério da Justiça
Senhor Professor Vital Moreira, Comissário das Comemorações
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Tendo-me cabido a honra de encerrar este ato solene de apresentação do Programa comemorativo do 70 aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do 40.º aniversário da adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos, permito-me começar fazendo um círculo e citando o primeiro orador desta sessão, o meu ilustre colega de Governo, prof Augusto Santos Silva que, num texto notável sobre a diplomacia portuguesa em matéria de direitos humanos escreveu:

Os direitos humanos não são um adquirido mas um horizonte; não são um momento, mas um processo; não são da ordem do tudo ou nada mas um complexo de realizações e incompletudes...

As comemorações que hoje se iniciam e cujo programa foi aqui apresentado pelo senhor professor Vital Moreira, seu ilustre comissário, constituem um das múltiplas etapas desse longo processo feito de recuos e avanços que conduzirá a humanidade a esse horizonte de liberdades iguais, de paz e de maior prosperidade.

Através desta iniciativa o Governo reafirma o seu comprometimento com a mensagem humanista e universalista tão claramente projetada nos dois documentos fundacionais que pretende comemorar: a Declaração, que esteve na génese de uma ordem jurídica global baseada na dignidade humana, e a Convenção, que no âmbito europeu constitui um garante maior de que os direitos humanos são integralmente respeitados pelas Partes que a ela se vincularam.

A conjugação destas duas importantes efemérides constitui uma ocasião simbólica para a divulgação dos direitos humanos, conferindo-lhes maior visibilidade, e para estimular o debate público sobre eles, fomentando a reflexão sobre as formas de exercer plenamente a cidadania, tendo em conta a realidade nacional.

Portugal tem formalmente um bom registo em matéria de direitos humanos.

Mas a circunstância de os direitos humanos se perpetivarem como um processo impede-nos de ignorar a persistência, entre nós, de espaços de violação de direitos humanos: as formas múltiplas de discriminação, em função de raça, de género, da orientação sexual, da religião, da deficiência...

A realização destes dois instrumentos concretiza-se pelo direito.

A justiça, a função da justiça é a realização do direito e a satisfação de direitos de todos: direitos de crianças e jovens; direitos de vítimas de formas de discriminação e de atentados contra a autodeterminação que se traduzem na prática de crimes – da violência de género aos crimes de ódio –, direitos dos privados de liberdade; direitos de trabalhadores na sua dimensão social.

A realização de todos esses direitos, num quadro comum, que é o processo.

Processo a que quer a Declaração Universal quer a Convenção Europeia associam exigências de justiça de equidade e de tempestividade.

Esta comemoração permite-nos revisitar todos esses lugares: o da equidade, o da justiça em prazo razoável, o da igualdade dos cidadãos perante a lei e o seu sistema de justiça.

Permite-nos apropriarmo-nos e embuirmo-nos de um espírito vigilante e com maior exigência crítica nessas matérias.

Trazer a este debate todos; Fomenta-lo nos lugares da justiça e do direito, começando pelas escolas de formação; envolvendo os tribunais e todos os agentes com responsabilidades de ação na área da justiça.

Fazer com que sintamos todos iguais nas nossa diferença.

Permitam-me sinalizar, mais uma vez, a importância de uma mulher, Eleanor Roosevelt, nos idos de 40 do século passado, na génese da declaração Universal que, como ela então afirmou, constituiu a passagem do «umbral de um grande evento tanto na vida das Nações Unidas como na vida da humanidade.» E que, como ela antevia, veio a «converter-se na Magna Carta internacional para todos (...) em todos os lugares.»

E também a importância e a força inspiradora da Convenção Europeia dos Direitos Humanos na génese de instrumentos semelhantes de carácter regional, nomeadamente em África e na América Latina e dos respetivos mecanismos de proteção.

E evocando a adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos não posso deixar de evocar a memória de uma figura incontornável do nosso Portugal democrático, o Dr. Medeiros Ferreira, que, na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros, assinou os instrumentos internacionais que possibilitam a adesão de Portugal no Conselho da Europa em 1976 e a assinatura da Convenção e que o cite quando, nesse ato, declarou ter dado, em nome de Portugal, «(...) o primeiro passo de um longo caminho que nos há de levar a fazer parte de uma comunidade de nações cada vez mais sólida, próspera, livre e forte.»